



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - [www.dpu.def.br](http://www.dpu.def.br)  
Sede da Defensoria Pública da União

CONTRATO

Processo nº 08038.009287/2023-12

CONTRATO Nº 010/2024, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE PORTARIA, PARA ATENDER A UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SÃO LUÍS/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E A EMPRESA MARZZE SERVIÇOS E FACILITES LTDA.

A União, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.375.114/0001-16, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP: 70.040-908, Brasília-DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário-Geral Executivo Substituto **Dr. VINÍCIUS FREIRE VINHAS**, brasileiro, inscrito sob a matrícula SIAPE nº 1482699, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria GABDPGF DPGU nº 193, de 02 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 25, de 05 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 88 de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2014 e Portaria nº 188 de Julho 2023 publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU – BEIDPU de 20 de julho de 2023 – Edição nº 142, e de outro lado a empresa **MARZZE SERVIÇOS E FACILITES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **03.012.610/0001-01** com Sede na Avenida T3, nº 2456, Quadra A, lote 09, Fundos, Setor Bueno – CEP: 74.215-110, em Goiânia/GO, neste ato representada pelo Senhor **PAULO HENRIQUE TRINDADE MORAES**, sócio administrador, doravante denominada **CONTRATADA**. Conforme processo nº 08038.009287/2023-12, as partes celebram o presente contrato, sujeitando-se ao Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, ao Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, ao Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, à Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - SEGES/MPOG, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como às alterações constantes na Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016, e subsidiariamente, à normas atualizadas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vigente e ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, bem como às cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Parágrafo Primeiro** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Portaria, para atender a Unidade da Defensoria Pública da União em São Luís/MA.

**Parágrafo Segundo** – A empresa prestadora do serviço deverá observar a distribuição de postos de acordo com a localidade, conforme consta especificado a seguir:

Item	Unidade	Serviço	Carga Horária	Quant. de postos
1	São Luís/MA	Agente de Portaria	12x36 horas - Diurno	01 posto (02 colaboradores, em revezamento, por posto)
2				01 posto (01 colaborador)

			44 horas semanais	
Total de postos				02 postos (03 colaboradores, em revezamento, por posto)

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

**Parágrafo Primeiro** – O Termo de Contrato terá vigência por 30 (trinta) meses, a partir da dia **10 de abril de 2024**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação, conforme previsto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021, desde que observadas as seguintes diretrizes:

**I.** A CONTRATANTE deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

**II.** A CONTRATANTE deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

**III.** A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**IV.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**Parágrafo Segundo** – O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsão do edital e desde que a CONTRATANTE ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

**Parágrafo Único** – Pelos serviços executados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 10.497,75 (dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) e o valor anual de R\$ 125.973,00 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e três reais), totalizando o valor para 30 (trinta) meses de R\$ 314.932,50 (trezentos e quatorze mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), para atender a Unidade da DPU em São Luís/MA, referente à prestação dos serviços de Agente de Portaria, conforme composição da Planilha de Custos e Formação de Preços, parte integrante deste instrumento, Anexo IX do Edital.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Parágrafo Primeiro** – No presente exercício, as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento específico da Defensoria Pública da União, na classificação referente à Ação 03.422.2021.2725.0001, Natureza da despesa 3390.37, tendo sido emitida a Nota de Empenho n.º 204NE000911, datada de 08 de abril de 2024, no valor de R\$ 92.730,12 (noventa e dois mil setecentos e trinta reais e doze centavos), sem prejuízo de emissão de reforços ou anulações em razão da disponibilidade orçamentária ou em decorrência de alterações no Programa de Trabalho ou, ainda, novas determinações legais.

**Parágrafo Segundo** – As despesas decorrentes desta contratação serão decorrentes de dotação orçamentária prevista no Orçamento Geral da União para a Defensoria Pública da União, Exercício 2023, referente ao programa de trabalho e natureza da despesa a serem informados posteriormente pela Coordenação de Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

**Parágrafo Terceiro** – Por força da EC n.º 95/2016, as repactuações do contrato administrativo em tela sofrerão o reajuste máximo da inflação acumulada durante o ano.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

**Parágrafo Único** – As condições de pagamento estão dispostas no item 15 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA**

**Parágrafo Único** – A Garantia está disposta no item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO**

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano e demais observações contidas na Lei n.º 14.133/2021 e no Artigo 54 da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017 - SEGES/MPOG.

**Parágrafo Primeiro** – O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

**I.** Da data limite para apresentação da proposta constante do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90005/2024 em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

**II.** Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada à data-base destes instrumentos.

**Parágrafo Segundo** – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

**Parágrafo Terceiro** – As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos, objeto da repactuação;

**Parágrafo Quarto** – É vedada a inclusão por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento Legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

**Parágrafo Quinto** – Quando da solicitação da repactuação, para fazer jus a variação de custos decorrentes do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do aumento dos custos, considerando-se:

**I.** Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

**II.** As particularidades do contrato em vigência;

**III.** A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

**IV.** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

**V.** A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

**Parágrafo Sexto** – A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ocorrer no prazo de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei n.º 14.133/2021;

**Parágrafo Sétimo** – As repactuações, como espécie de reajuste, poderão ser formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por Aditamento;

**Parágrafo Oitavo** – O prazo referido no Parágrafo Sexto desta Cláusula ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

**Parágrafo Nono** – A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;

**Parágrafo Décimo** – As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

**I.** A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

**II.** Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

**III.** Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

**Parágrafo Décimo Terceiro** – As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no Artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A CONTRATADA, para fazer jus à repactuação retroativa, deverá solicitá-la até a prorrogação contratual ou o encerramento do contrato, pois serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o fim da vigência do ajuste.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**Parágrafo Único** – As obrigações da contratante estão dispostas no item 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo Único** – As obrigações da contratada estão dispostas no item 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da DPU, especialmente designado na forma dos Artigos 117 e 140 da Lei n.º 14.133/2021 e dos Artigos 10 e 11 do Decreto n.º 9.507/2018.

**I.** Além das disposições previstas neste item, a fiscalização contratual dos serviços seguirá o disposto na Instrução Normativa n.º 100, de 09 de junho de 2022 - DPGU.

### **Parágrafo Primeiro – Da Fiscalização Inicial**

**I.** Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados, tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

**II.** No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada;

**III.** Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário de posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e inscrição no cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**IV.** CTPS ou documento equivalente que comprove vínculo do empregado com a contratada dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

V. Exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;

VI. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados nos itens III, IV e V deverão ser apresentados.

### **Parágrafo Segundo – DA FISCALIZAÇÃO DIÁRIA**

I. A verificação da adequação da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado, conforme definido no Contrato;

II. Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;

III. Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador;

IV. Conferir por amostragem os empregados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – A DPU monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

**Parágrafo Quarto** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreenderá a mensuração dos seguintes aspectos:

I. Os resultados alcançados, com a verificação da qualidade demandada;

II. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

III. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

IV. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

V. A satisfação da Contratante.

**Parágrafo Quinto** – O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Artigo 125 da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo Sexto** – O fiscal do contrato fará o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo Sétimo** – O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto nos Artigos 137 da Lei n.º 14.133/2021;

### **Parágrafo Oitavo – Da Fiscalização Mensal (A Ser Feita Antes Do Pagamento Da Fatura)**

I. Realizar a retenção da contribuição previdenciária (11% do valor da fatura) e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço, conforme exigência da legislação vigente;

II. Consultar a situação da empresa junto ao SICAF;

a. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito – CND, junto ao INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

III. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, pela contratada, dará ensejo à extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções;

IV. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé, ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

### **Parágrafo Nono – Da Fiscalização Especial**

- I.** Verificar a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho e se os reajustes dos empregados estão sendo concedidos pela empresa contratada no dia e percentual previstos;
- II.** Efetuar o controle de férias e licenças dos empregados da empresa contratada através da planilha resumo e documentação comprobatória;
- III.** Verificar se a empresa contratada está respeitando as estabilidade provisórias de seus empregados (gestante, estabilidade acidentária).

#### **Parágrafo Décimo – Da Fiscalização Por Amostragem**

- I.** Solicitar aos empregados que verifiquem se as contribuições previdenciária e do FGTS estão sendo recolhidas;
- II.** Solicitar aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, devendo estes serem entregues à Administração;
- III.** A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela DPU, quaisquer dos seguintes documentos:
  - a.** Extrato do INSS e do FGTS de qualquer empregado;
  - b.** Cópia de folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços;
  - c.** Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, de recibos de depósitos bancários;
  - d.** Comprovante de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho; e
  - e.** Comprovante de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

#### **Parágrafo Décimo Primeiro – Da Fiscalização Quando Da Extinção Do Contrato**

- I.** Quando da extinção contratual, o fiscal verificará o pagamento, pela DPU, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- II.** Entregar, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços, cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:
  - a.** Termos de extinção dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - b.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
  - c.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - d.** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- III.** A Administração deverá analisar a documentação no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Até que a contratada comprove o disposto no parágrafo acima, a Defensoria Pública da União reterá a garantia prestada.

#### **Parágrafo Décimo Terceiro – Providências Em Caso De Indício De Irregularidade**

- I.** Oficiar o Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB, em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias;
- II.** Oficiar o Ministério do Trabalho, em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo Único** – As sanções administrativas estão dispostas no item 18 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua extinção com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da CONTRATANTE, conforme inciso I do Artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, e o disposto no Artigo 139 do referido Diploma Legal.

### **Constituirão motivos para extinção do contrato:**

- I.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- VII.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**Parágrafo Primeiro** – Os casos de extinção do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**Parágrafo Segundo** – A extinção do Contrato poderá ser determinada, conforme Artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021;

**Parágrafo Terceiro** – A extinção do contrato determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a IX do Artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, acarretará à correspondentes sanções previstas na Cláusula “das Sanções”;

**Parágrafo Quarto** – Constituem motivos para extinção do contrato, a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato.

**Parágrafo Quinto** – Configurar-se-á falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, que poderá dar ensejo à extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO**

**Parágrafo Único** – Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

**Parágrafo Único** – A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme Artigo 89, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS CASOS OMISSOS**

**Parágrafo Primeiro** – O presente contrato, bem como os casos nele omissos, fundamenta-se:

- I.** Na Lei n.º 14.133/2021;
- II.** Nos preceitos de direito público;
- III.** Subsidiariamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Segundo** – O presente contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 90005/2024 e seus Anexos, do Termo de Referência, da Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo n.º 08038.009287/2023-12.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CIÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DOS INSTRUMENTOS**

**Parágrafo Único** – Ao assinar o instrumento contratual, a contratada declara estar ciente e concorda com TODAS as condições contidas no Termo de Referência, bem como as do Edital e seus anexos, e ainda que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, referentes ao Pregão n.º 90005/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

**Parágrafo Primeiro** – As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

**Parágrafo Segundo** – Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, **vai assinado eletronicamente pelos contratantes.**

**VINÍCIUS FREIRE VINHAS**

Secretário-Geral Executivo Substituto

**PAULO HENRIQUE TRINDADE MORAES**

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Trindade Moraes, Usuário Externo**, em 08/04/2024, às 12:23, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://www.dpu.def.br/sei/conferir\\_documento\\_dpu.html](http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html) informando o código verificador **7008413** e o código CRC **16338445**.